



Tribunal de Contas

CAPÍTULO X

*Fluxos Financeiros entre o
Orçamento de Estado e o Sector
Público Empresarial*



X – FLUXOS FINANCEIROS ENTRE O ORÇAMENTO DO ESTADO E O SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL

10.1 – Considerações gerais

A alínea d) do n.º 1 do art.º 41º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, estabelece que o Tribunal de Contas, no parecer sobre a Conta Geral do Estado, deve apreciar “os fluxos financeiros entre o OE e o sector empresarial do Estado, nomeadamente quanto ao destino legal das receitas de privatizações”.

A análise feita no presente Parecer circunscreve-se aos fluxos evidenciados como tal na CGE, e de outros que, não o estando, se dispõe de informação resultante de acções de controlo efectuadas no âmbito da concessão de apoios, da aplicação do produto de empréstimos, da dívida garantida e do património financeiro, bem como de solicitações pontuais a diversas entidades em relação às quais se apurou terem efectuado transferências a favor de empresas pertencentes ao sector público empresarial (SPE).

Tal como tem sido referido em Pareceres anteriores, o classificador económico das despesas públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, agrega as sociedades financeiras, não distinguindo as públicas das privadas, ao contrário do anterior classificador, embora essa distinção continue a ser seguida em relação às sociedades não financeiras, retirando coerência a este classificador.

Assim, o Tribunal volta a recomendar que aquele diploma seja objecto de intervenção legislativa, de forma a ser colmatada a lacuna existente, que inviabiliza o apuramento do montante global dos fluxos financeiros entre o OE e o SPE.

Refira-se por último, que o Governo mais uma vez não incluiu na Proposta de Lei n.º 40/X (Orçamento do Estado para 2006), elementos informativos sobre as “transferências orçamentais para as empresas públicas ...”, contrariamente ao disposto na Lei do enquadramento orçamental (art.º 37.º, n.º 1, alínea o)), não permitindo avaliar em que medida os fluxos ocorridos foram ou não previstos, por inexistência de informação neste domínio.

10.2 – Fluxos financeiros do subsector dos serviços integrados para o SPE

10.2.1 – Fluxos evidenciados na CGE

A Conta Geral do Estado, no Mapa 12 (Vol. II - tomo I), evidencia como fluxos para entidades do SPE as despesas classificadas nos agrupamentos económicos 04 – “Transferências correntes”, 05 – “Subsídios”, 08 – “Transferências de capital” e 09 – “Activos Financeiros”, nas seguintes rubricas de classificação económica:

Quadro X.1 – Fluxos financeiros do subsector dos serviços integrados para o SPE não financeiro

(em milhares de euros)

Código de classif. econ.	Classificação das despesas	Valor
	Despesas correntes	377 839,4
04.00.00	Transferências correntes	643,1
04.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	643,1
05.00.00	Subsídios	377 196,3
05.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	377 194,6
05.01.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas/Políticas activas de emprego e formação profissional-Acções de formação profissional	1,7
	Despesas de capital	854 012,4
08.00.00	Transferências de capital	716 652,4
08.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	716 652,4
09.00.00	Activos financeiros	137 360,0
09.06.02	Empréstimos a médio e longo prazos/Soc.e quase soc.não financeiras/Públicas	80 000,0
09.07.02	Outros activos financeiros/Soc. e quase sociedades não financeiras/Públicas	57 360,0
	Total	1 231 851,8

Fonte: CGE/2006.

Como se ilustra no quadro anterior, o valor global dos fluxos do subsector dos serviços integrados para o SPE não financeiro evidenciados na CGE é de € 1 231 851,8 milhares, embora, como se refere nos pontos específicos, se tenha verificado que algumas dessas despesas não se destinaram a entidades do SPE.

10.2.1.1 – Transferências correntes

As transferências correntes para “Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas” evidenciadas na CGE, no valor de € 643 094, constam do quadro seguinte:

Quadro X.2 – Transferências correntes para entidades não financeiras do SPE

(em euros)

Cl. econ.	Serviço processador	Empresas beneficiárias	Valor
04.01.01	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento	Águas de Portugal Internacional	(a) 142 000
	GEP do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações	REFER	(b) 351 695
	Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica	Estradas de Portugal	(c) 649
	Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência	Rádio e Televisão de Portugal	(d) 148 750
	Total		643 094

(a) Valor contabilizado no Cap.º 03/Div.01 – “Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento” do Ministério dos Negócios Estrangeiros, com a cl. ec. 04.01.01

(b) Valor contabilizado no Cap.º 50/Div.09 – “GEP do M. das Obras Públicas, Transportes e Comunicações”, com a cl. ec. 04.01.01.

(c) Valor contabilizado no Cap.º03/Div.01 – “Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica” do M. da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, com a cl. ec. 04.01.01.

(d) Valor contabilizado no Cap.º 01/Div.02 – “Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência” do M. do Trabalho e Solidariedade Social, com a cl. ec. 04.01.01.

Fonte: CGE/2006 e serviços processadores.



10.2.1.2 – Subsídios

As entidades beneficiárias das transferências evidenciadas na CGE, a título de subsídios, para “Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas” no montante de € 377 196 310, constam do quadro seguinte:

Quadro X.3 – Subsídios para entidades não financeiras do SPE

(em euros)

Cl. econ.	Serviço processador	Natureza dos fluxos	Empresas beneficiárias	Valor
05.01.01	Direcção-Geral do Tesouro	Indemnizações compensatórias	Teatro Nacional D.Maria II	(a) 4 300 000
			RTP	(a) 150 040 000
			LUSA	(a) 16 672 792
			CARRIS	(a) 45 458 520
			STCP	(a) 16 318 443
			CP	(a) 28 069 876
			METRO DE LISBOA	(a) 22 723 233
			REFER	(a) 35 087 345
			METRO DO PORTO	(a) 2 522 947
			TAP	(a) 25 531 455
			SATA	(a) 9 868 545
			SOFLUSA	(a) 3 946 134
			TRANSTEJO	(a) 5 627 530
Subtotal				(b) 366 166 820
05.01.01	Instituto da Comunicação Social	Expedição publicações periódicas (porte-pago)	Correios de Portugal	(c) 10 847 791
	Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior	Promoção e realização das actividades inerentes à participação nas redes internacionais EUREKA, IBEROEKA e TAFTIE	Agência de Inovação	(d) 180 000
Total 05.01.01				377 194 611
05.01.02	Guarda Nacional Republicana	Estágio profissional	Entidade não pertencente ao SPE	(e) 1 699
Total 05.01.02				1 699
Total dos subsídios				377 196 310

(a) Verbas atribuídas pela RCM n.º 158/2006, publicada no DR n.º 228, I Série, de 27 de Novembro.

(b) Valores contabilizados no Cap.º 60 – “Despesas Excepcionais” do orçamento do M. Finanças, com a cl. ec. 05.01.01.

(c) Valor contabilizado no Cap.º 09/Div.07 – “Instituto da Comunicação Social” dos Encargos Gerais do Estado, com a cl. ec. 05.01.01

(d) Valor contabilizado no Cap.º 50/Div.08 – “Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior” do M. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a cl. ec. 05.01.01.

(e) Valor contabilizado no Cap.º 04/Div.03 – “Guarda Nacional Republicana” do Ministério da Administração Interna, com a cl. ec. 05.01.02

Fonte: CGE/2006 e serviços processadores.

Das verbas constantes do quadro anterior distribuídas a entidades do SPE, a maior parte (97,1%) foi atribuída pela RCM n.º 158/2006, publicada no DR n.º 228, I Série, de 27 de Novembro, que distribuiu por entidades do SPE prestadoras de serviços públicos, e nessa qualidade beneficiárias dessas verbas, o valor global de € 366,2 milhões.

O restante valor, processado por conta da rubrica em apreço, foi atribuído aos Correios de Portugal e à Agência de Inovação.

Mais uma vez se verifica que o valor processado pela Guarda Nacional Republicana para um estágio profissional foi indevidamente classificado pela rubrica 05.01.02, em virtude de não se tratar de uma entidade do SPE.

Este procedimento contraria o disposto no art.º 8.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (Lei de Enquadramento Orçamental), quanto à especificação das despesas públicas que deve obedecer, entre outros, ao código da classificação económica.

Accionado o contraditório, a Guarda Nacional Republicana não respondeu.

No que respeita aos subsídios evidenciados na CGE como destinados às sociedades financeiras (€ 236 736 011), de acordo com a informação prestada pela DGT, € 92 747 361 constituem transferências para entidades do sector público empresarial, conforme se discrimina no quadro seguinte:

Quadro X.4 – Subsídios para sociedades financeiras do SPE

(em euros)

Cl. econ.	Serviço processador	Natureza dos fluxos	Empresas beneficiárias	Valor
05.02.01	Direcção-Geral do Tesouro	Bonificação de juros	Caixa Geral de Depósitos	92 291 897
		Compensação de juros		455 464
Total 05.02.01				92 747 361

Fonte: DGT.

É de salientar que a informação constante do quadro anterior não está individualizada na CGE, tendo sido prestada pela DGT, uma vez que o novo classificador agrega, conforme já referido, as sociedades financeiras, não distinguindo as públicas das privadas, o que consubstancia uma perda de informação face ao anterior classificador.

10.2.1.3 – Transferências de capital

As transferências de capital para as “Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas” evidenciadas na CGE, no valor de € 716 652 394, constam do quadro seguinte:



Quadro X.5 – Transferências de capital para entidades do SPE

(em euros)

Entidades	PIDDAC					Orç. de funcionamento	Total
	Encargos Gerais do Estado	M. Ambiente e do Ordenamento do Território		M. Obras Públicas, Transportes e Comunicações		M. Obras Públicas, Transportes e Comunicações	
		ICS	Instituto Ambiente	DGOTDU	GEP	DGTF	
ANAM				432 905			432 905
APA				1 404 150			1 404 150
APDL				2 329 149			2 329 149
APL				1 933 625			1 933 625
APS				832 500			832 500
APSS				1 202 500			1 202 500
Carris					200 000		200 000
Costa Polis			2 814 754				2 814 754
CP				4 177 162			4 177 162
EDAB				1 730 580			1 730 580
EDM		338 773					338 773
Estradas de Portugal				605 197 271		61 766 832	666 964 103
Metro Lisboa				5 306 725			5 306 725
Metro Mondego				925 000			925 000
Metro Porto				9 250 000			9 250 000
Polis Cacém			420 112				420 112
Polis Viana do Castelo			1 856 451				1 856 451
Polis Vila do Conde			28 761				28 761
RAVE				9 250 000			9 250 000
REFER				4 508 401			4 508 401
RTP	381 731						381 731
Setúbal Polis			315 012				315 012
STCP					50 000		50 000
Total	381 731	338 773	5 435 090	648 479 968	250 000	61 766 832	716 652 394

Como se pode observar, as transferências para as entidades do SPE referem-se, em grande parte, a verbas do PIDDAC, destinadas à realização de investimentos do plano a cargo dessas entidades, que na sua maioria pertencem ao sector dos transportes, identificando-se no quadro seguinte os respectivos Programas do PIDDAC por conta dos quais foram processadas.

Quadro X.6 – Transferências de verbas do PIDDAC

(em euros)

Serviço processador	Entidades beneficiárias	Finalidade	Valor
Instituto da Comunicação Social	Rádio e Televisão de Portugal	Projectos de modernização das televisões e das rádios dos PALOPS	381 731
Subtotal			381 731
Instituto do Ambiente	EDM	Apoio à sustentabilidade ambiental das actividades económicas.	338 773
Subtotal			338 773
Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	Pólis Cacém	Requalificação urbana e valorização ambiental	420 112
	Costa Pólis		2 814 754
	Pólis Viana do Castelo		1 856 451
	Setúbal Pólis		315 012
	Polis Vila do Conde		28 761
Subtotal			5 435 090
Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	ANAM	Melhoramento das condições de segurança e de operacionalidade do aeroporto de Porto Santo	432 905
	APA	Acessibilidades interregionais ferroviárias e rodoviárias ao porto de Aveiro	1 404 150
	APDL	Via interior de ligação do porto de Leixões à via regional interior	134 670
		Multimodalidade e logística	329 150
		Melhoria das acessibilidades marítimas ao porto de Leixões	1 865 329
	APL	Estabelecimento do canal de acesso ao Porto de Lisboa e definição/regularização de canais fundeadouros	855 000
		Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM) e Observatório Europeu da Droga e Toxicoddependência (OEDT)	1 000 000
		Reabilitação e reforço do Cais Norte de Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco	78 625
	APS	Construção do talude retenção no molhe oeste do porto de Sines	832 500
	APSS	Plano de motorização Ambiental dos portos de Setúbal e Sesimbra	100 000
		Instalações de apoio ao Trem Naval	800 000
		Ordenamento do porto de Sesimbra	302 500
	CP	Modernização de 57 carruagens corail	127 618
		Aquisição de 25 locomotivas eléctricas	3 646 678
		Modernização de 12 locomotivas eléctricas	83 388
		Sistema rádio solo comboio	75 021
		Bilhética sem contacto e controlo de acessos	244 457
	EDAB	Infraestruturas Aeronáuticas	1 650 891
		Acções Preliminares – Aeroporto de Beja	20 809
		Acções Preliminares – Aeroporto de Beja – 2ª fase	58 880
	EP	Integração por desclassificação em redes municipais	8 000 000
		Conservação corrente por contrato	58 400 000
		Segurança	30 100 000
		Expropriações de construção e conservação	25 500 000
		Estradas Nacionais Regionais	40 376 520
		Plano Nacional de Variantes e Circulares	20 299 805
		IP's e IC's	43 091 329
		Grandes obras de conservação	9 020 921
		Conservação regular de estradas e pontes	53 666 242
		Equipamento e instalação de serviços	2 547 051
		Complicações/compensações/reequilíbrio	14 648 331
		Rendas/Portagens virtuais	210 177 518
Expropriações das concessões		60 300 000	
Estudos e projectos – Corredores estruturantes		4 000 000	
Estudos e projectos – Acessibilidades urbanas		493 326	
Estudos e projectos – Acessibilidades regionais e interregionais		7 574 807	
Estudos e projectos – Segurança e qualidade		1 050 000	
Fiscalização, controlo e acompanhamento de empreendimentos - Corredores estruturantes	4 874 797		
Fiscalização, controlo e acompanhamento de empreendimentos – Acessibilidades urbanas	1 126 624		
Fiscalização, controlo e acompanhamento de empreendimentos - Acessibilidades regionais e interregionais	8 900 000		



(em euros)

Serviço processador	Entidades beneficiárias	Finalidade	Valor	
Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações	EP	Fiscalização, controlo e acompanhamento de empreendimentos – Segurança e qualidade	1 050 000	
	ML	Empreendimento Alameda/S. Sebastião	5 306 725	
	MM	Metropolitano ligeiro do Mondego	925 000	
	MP	Sistema do Metro Ligeiro do Porto	9 250 000	
	REFER		Eixo Ferroviário Norte – Sul (troço Chelas – Fogueteiro)	6 000
			Eixo Ferroviário Norte – Sul (troço Braço de Prata - Chelas)	144 705
			Eixo Ferroviário Norte – Sul (Coima – Pinhal Novo)	65 000
			Eixo Ferroviário Norte – Sul (Barreiro – Pinhal Novo)	110 000
			Projecto integrado da Linha do Norte	1 511 000
			Projecto integrado de ligação ao Algarve, incluindo itinerário de granéis sólidos	350 000
			Linha do Norte – Nova estação de Espinho	230 000
			Linha Ferroviária Porto de Sines - Espanha	130 000
			Linha de Sintra, Ramal de Alcântara e Linha do Oeste	419 500
			Linha de Cascais	50 000
			Eixo Ferroviário Norte – Sul (Pinhal Novo – Setúbal)	120 000
			Linha do Minho (Porto – Nine)	190 000
			Linha de Guimarães	30 000
			Linha do Douro (Ermezinde – Marco)	200 000
			Ramal de Braga	30 000
			Terminal de Cacia e Ligação ao Porto de Aveiro	18 000
			Linha de Leixões e Concordância de S. Gemil	2 041
			Projecto integrado da linha da Beira Baixa	800 000
			Projecto integrado da linha do Oeste	155
		Modernização da linha do Algarve	2 000	
	Segurança Rodoviária – Supressão e reconversão de Pn's	100 000		
	RAVE	Rede Ferroviária de Alta Velocidade – 1ª fase	9 250 000	
Subtotal			648 479 968	
Direcção-Geral dos Transportes Terrestres e Fluviais	CARRIS	Acordo de colaboração para apoio à 3ª fase do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros.	200 000	
	STCP	Acordo de colaboração para apoio à 2ª fase do projecto CUTE (Clean Urban Transport for Europe)	50 000	
Subtotal			250 000	
Total PIDDAC			654 885 562	

Fonte: Elementos fornecidos pelos diversos serviços processadores.

10.2.1.4 – Activos financeiros

Na Conta Geral do Estado de 2006, estão contabilizadas despesas referentes a empréstimos de médio e longo prazos aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto e à realização e aumento de capital, respectivamente, do Centro Hospitalar do Nordeste e da Rádio e Televisão de Portugal, nas seguintes rubricas de classificação económica:

Quadro X.7 – Activos financeiros

(em milhares de euros)

Rubrica de classificação económica	Natureza do fluxo	Beneficiário	Valor
09.06.02-Activos financeiros/Emp.a médio e longo prazos/Soc. e quase soc. não financeiras/Públicas	Empréstimos	ENVC	30 000
		STCP	50 000
Total 09.06.02			80 000
09.07.02-Acções e Outras Participações/Soc. e quase soc. não financeiras/Públicas	Realização do capital	Centro Hospitalar do Nordeste	60
	Aumento de capital	RTP	57 300
Total 09.07.02			57 360
Total Geral			137 360

10.2.2 – Outras operações

Foram autorizadas, durante o ano de 2006, no montante de € 195,7 milhões, outras operações relacionadas com entidades do SPE, que não têm expressão na conta de execução orçamental, dado terem sido pagas, ilegalmente, por operações específicas do Tesouro, conforme já se fez referência no ponto 6.6 do capítulo VI.

Tais operações referem-se à assunção de passivos e à regularização de responsabilidades de sociedades anónimas de capitais públicos, previstas nos artigos 71.º e 72.º da Lei do Orçamento para 2006, a seguir identificadas:

Quadro X.8 – Assunção de passivos e regularização de responsabilidades

(em euros)

Entidades	Valor
Casa da Música/Porto 2001	98 848 895
Caixa Geral de Depósitos	46 512 647
GESTNAVE	49 346 000
Parpública – Participações Públicas	994 964
Total	195 702 506

Fonte: DGT.

No quadro seguinte evidenciam-se por último os pagamentos efectuados pelo Estado em execução de garantias em 2006 por incumprimento de entidades do SPE, no valor global de € 5,4 milhões, as quais foram objecto de análise no ponto 6.8 do capítulo VI.

Quadro X.9 – Execução de garantias

(em euros)

Entidades	Montantes
GESTNAVE	5 387 909
Total	5 387 909

Fonte: DGT.



Para finalizar o presente ponto 10.2, relativo aos fluxos financeiros do subsector dos serviços integrados para o SPE, apresenta-se no quadro seguinte a sua evolução:

Quadro X.10 – Variação dos fluxos financeiros

(em milhões de euros)

	2005	2006	Variação	
			Valor	Percentual
Transferências correntes e Subsídios	387,4	377,8	-9,6	-2,5
Transferências de capital	446,1	716,7	+270,6	+60,7
Concessão de empréstimos	126,6	80,0	-46,6	-36,8
Aumento e realização do capital social	432,6	57,4	-375,2	-86,7
Assunção de passivos e regularização de responsabilidades	⁽¹⁾ 77,7	195,7	+118,0	+151,9
Execução de garantias	5,4	5,4	0	0,0
Total	1 475,8	1 433,0	-42,8	-2,9

(1) Difere do valor constante do Parecer anterior por ter sido corrigido pela DGT no âmbito do contraditório do presente Parecer.

Verifica-se, assim, que houve uma diminuição dos fluxos financeiros na ordem dos € 42,8 milhões (-2,9%), tendo contribuído para tal a variação dos fluxos destinados a transferências correntes e subsídios (-2,5%), à concessão de empréstimos (-36,8%) e ao aumento e realização do capital social (-86,7%). Por seu turno, as transferências de capital e a assunção de passivos e regularização de responsabilidades registaram um acréscimo, no seu conjunto, de cerca de € 388,6 milhões (+74,2%).

10.3 – Fluxos financeiros do SPE para o subsector dos serviços integrados

Tal como tem sido referido nos anteriores Pareceres, no que diz respeito à receita, o novo classificador não individualiza as receitas provenientes do SPE ao nível das sociedades financeiras, nem das sociedades ou quase sociedades não financeiras no que respeita aos activos financeiros, pelo que a informação constante na CGE não permite a sua análise.

As receitas orçamentais provenientes do sector público empresarial, referente às sociedades não financeiras, identificadas como tal na CGE, constam do quadro seguinte:

Quadro X.11 – Receitas com origem no SPE evidenciadas na CGE, por classificação económica

(em milhares de euros)

Cód.classif. económica	Classificação das receitas	Valor
	Receitas correntes	379 733,7
05.00.00	Rendimentos de propriedade	379 538,5
05.01.00	Juros de sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	631,5
05.07.00	Dividendos e participações nos lucros de soc.e quase soc.não financ./Públicas	161 824,7
05.08.00	Dividendos e particip. nos lucros de soc. financ./Bancos e outras inst. financeiras	217 082,3
06.00.00	Transferências correntes	195,2
06.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	195,2
	Receitas de capital	1 505 417,8
10.00.00	Transferências de capital	7,7
10.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	7,7
11.00.00	Activos financeiros	1 505 410,1
11.10.00	Alienação de partes sociais de empresas	1 505 410,1
	Total	1 885 151,5

Fonte: CGE/2006.

Relativamente aos “Dividendos e participação nos lucros” de sociedades não financeiras e financeiras, foi solicitada informação à DGT e à IGF, que se apresenta no quadro seguinte, onde igualmente consta a evolução registada destes rendimentos, no último triénio:

Quadro X.12 – Dividendos e participação nos lucros

(em milhares de euros)

Entidades	2004	2005	2006	Variação %	
				2005/2004	2006/2005
Sociedades não financeiras					
ANA–Aeroportos e Navegação Aérea	5 700,5	3 408,0	6 184,8	-40,2	81,5
NAV–Navegação Aérea de Portugal	919,5	589,2	282,1	-35,9	-52,1
PARPÚBLICA-Participações Sociais	55 018,2	21 250,0	81 719,2	-61,4	284,6
REN-Rede Eléctrica Nacional	7 947,0	7 939,4	70 731,1	-0,1	790,9
APDL–Administração dos Portos do Douro e Leixões	-	2 865,0	1 671,8	-	-41,6
EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro	39 525,0	12 750,0	1 235,7	-67,7	-90,3
Subtotal	109 110,2	48 801,6	161 824,7	-55,3	231,6
Sociedades financeiras/Bancos e outras instituições financeiras					
Banco de Portugal	34 521,3	35 016,5	60 147,2	1,4	71,8
Caixa Geral de Depósitos	272 323,0	-	156 000,0	-100,0	-
Fundo Margueira	-	-	935,1	-	-
Subtotal	306 844,3	35 016,5	217 082,3	-88,6	519,9
Total	415 954,5	83 818,1	378 907,0	-79,8	352,1

Fonte: DGT e IGF.

Da análise do quadro anterior, verifica-se um acréscimo dos dividendos e participação nos lucros em 2006 de 352,1%, em oposição à variação registada no ano anterior de -79,8%. Este aumento deve-se essencialmente ao pagamento extraordinário relativo ao ano de 2005 (PARPÚBLICA) e ao adiantamento sobre lucros do exercício de 2006 (PARPÚBLICA e REN), bem como à não distribuição de dividendos por parte da Caixa Geral de Depósitos no ano anterior. O Banco de Portugal também registou um acréscimo relevante na remuneração do capital accionista.



O valor da “Alienação de partes sociais de empresas” foi o seguinte:

Quadro X.13 – Receitas das privatizações

(em euros)

Entidades	Montante apurado
GALP	1 058 025 241
PORTUCEL	409 004 310
PORTUCEL Tejo	38 380 581
Total	1 505 410 132

Fonte: FRDP

Tal como se tem referido nos anteriores Pareceres, relativamente aos restantes fluxos de receita, não se dispõe de informação detalhada.

10.4 – Fluxos financeiros do subsector dos serviços e fundos autónomos para o SPE

A Conta Geral do Estado, no Mapa 29 (Vol.II - tomo I), evidencia os seguintes fluxos dos FSA para o SPE não financeiro, classificados nos agrupamentos económicos 04–“Transferências correntes”, 05–“Subsídios”, 08–“Transferências de capital” e 09–“Activos financeiros”.

Quadro X.14 – Fluxos financeiros dos SFA para o SPE não financeiro

(em milhares de euros)

Código de classif. econ.	Classificação das despesas	Valor
	Despesas correntes	18 618,5
04.00.00	Transferências correntes	16 546,0
04.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	16 546,0
05.00.00	Subsídios	2 072,5
05.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	1 161,7
05.01.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas/Políticas activas de emprego e formação profissional-Acções de formação profissional	910,8
	Despesas de capital	245 220,6
08.00.00	Transferências de capital	119 690,7
08.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	119 690,7
09.00.00	Activos financeiros	125 529,9
09.06.02	Empréstimos a médio e longo prazos/Soc.e quase soc.não financ./Públicas	104 028,6
09.07.02	Acções e outras participações/Soc. e quase soc. não financeiras/Públicas	19 801,0
09.08.02	Unidades de participação/Soc. e quase sociedades não financeiras/Públicas	1 700,3
	Total	263 839,1

Fonte: CGE/2006.

As entidades beneficiárias das transferências processadas pelos serviços e fundos autónomos, evidenciadas na Conta, constam do quadro seguinte:

Quadro X.15 – Entidades beneficiárias das transferências dos SFA

(em euros)

Cód. cl. econ.	Organismo processador	Entidade beneficiária	Valor
04.01.01	Fundação para a Ciência e Tecnologia	Agência de Inovação	3 161 321
		IPOFG – Centro Regional Oncologia de Lisboa	1 200
		IPOFG – Centro Regional Oncologia de Coimbra	750
	Subtotal		3 163 271
	Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil	Hospital Amadora Sintra	14 313
		Subtotal	14 313
	Instituto Nacional de Emergência Médica	Centro Hospitalar da Cova da Beira	210 654
		Centro Hospitalar do Baixo Alentejo	130 394
		Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental	106 057
		Centro Hospitalar de Setúbal	9 005
		Hospital de Santa Maria	166 155
		Hospital Geral de Santo António	161 673
		Hospital Distrital da Figueira da Foz	638
		Hospital de Santo André	13 342
		Hospital de São João	43 546
		Centro Hospitalar do Nordeste	281 322
		Unidade Local de Saúde de Matosinhos	120 343
		Hospital Distrital de Santarém	165 296
		Centro Hospitalar do Alto Minho	152 729
		Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua	172 674
	Hospital Padre Américo - Vale do Sousa	159 216	
	Centro Hospitalar do Médio Tejo	233 824	
	Subtotal		2 126 868
	Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento	Hospital Geral de Santo António	1 500
		Subtotal	1 500
	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	Agência de Inovação	499 508
		Subtotal	499 508
	Instituto Português de Museus	Museu da Água da EPAL	1 120
		STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	24 506
		Subtotal	25 626
	Instituto de Conservação da Natureza	Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	84 712
	Subtotal		84 712
	Instituto de Seguros de Portugal	EP – Estradas de Portugal	4 040 243
Subtotal		4 040 243	
Universidade da Beira Interior	Centro Hospitalar da Cova da Beira	114 785	
	Subtotal	114 785	
Instituto de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas	Companhia das Lezírias	3 301	
	Subtotal	3 301	
Instituto da Qualidade em Saúde	Hospital de São João de Deus	20 828	
	Subtotal	20 828	
Instituto Nacional de Aviação Civil	ANA – Aeroportos de Portugal	5 120 628	
	ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira	390 907	
	SATA Air Açores	18 723	
	Subtotal	5 530 258	
Administração Regional de Saúde do Algarve	Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio	212 078	
	Subtotal	212 078	
Administração Regional de Saúde do Centro	IPOFG – Centro Regional Oncologia de Coimbra	376 824	
	Hospital Distrital da Figueira da Foz	159 538	
	Subtotal	536 362	
Administração Regional de Saúde do Norte	Unidade Local de Matosinhos	48 675	
	Hospital de São João	123 685	
	Subtotal	172 360	
Total 04.01.01		16 546 013	



(em euros)

Cód. cl. econ.	Organismo processador	Entidade beneficiária	Valor
05.01.01	Instituto de Emprego e Formação Profissional	AGERE – Empresa Águas Efluentes Resíduos Braga	28 299
		AREBAT – Valoriz. e Tratamento de Resíduos Baixo Tâmega	1 850
		Águas de Gaia	15 425
		Águas do Algarve	1 991
		Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro	4 675
		Águas do Centro	7 812
		Águas do Norte Alentejano	2 931
		Águas do Oeste	27 558
		Águas do Zêzere e Côa	5 185
		AMBILITAL – Investimentos Ambientais do Alentejo	5 602
		Almeida Município – Gestão Equipamentos Sociais e Desportivos	4 076
		AMBIOUREM – Gestão Manutenção Espaços Verdes Inserção	27 992
		Aveiro-Expo	17 500
		BRAGAHABIT – Empresa Municipal Habitação de Braga	8 272
		CASFIG – Coord.âmbito social, financeiro das habitações sociais	2 448
		Centro Hospitalar do Alto Minho	1 480
		Centro Hospitalar do Baixo Alentejo	17 414
		Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio	3 700
		Centro Hospitalar do Médio Tejo	1 422
		Centro Hospitalar da Cova da Beira	13 235
		Centro Hospitalar do Nordeste	41 667
		Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua	614
		Comunidade Urbana do Vale do Sousa	1 766
		CulturGuarda-Gestão sala espectáculos e actividades culturais	1 731
		Culturval, Gestão Equipamentos Culturais de Vila Real	1 783
		EAMB – Esposende Ambiente	4 108
		EDECE – Emp.Desenvolvimento Econ. Conc Estremoz	944
		EMARVR - Emp. Municipal Água e Resíduos de Vila Real	14 013
		EMGHA – Emp. Gestão do Parque Hab.Município de Cascais	161
		Empreendimentos hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso	4 443
		EMUNIBASTO	31 099
		Empresa Municipal Educação e Cultura de Barcelos	15 000
		EMSUAS – Empresa Municipal	4 259
		EP-Estradas de Portugal	19 396
		Espaço Municipal	1 838
		Esposende 2000 - Actividades Desportivas e Recreativas	7 162
		Expo ARADE – Animação Gestão Parque de Feiras Exp. Portimão	7 536
		EPMAR – Emp. Pública Municipal Águas Públicas e Resíduos	2 779
		Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora	26 236
		FAGAR – Faro, Gestão de Águas e Resíduos	15 922
		FTM – Fundão Turismo	4 379
		Fundão Verde – Espaços e Jardins	71 780
		GAIANIMA – Equipamentos Municipais	40 419
		GAIASOCIAL - Empresa Municipal de Habitação	31 984
		GESLOURES- Gestão Equipamentos Sociais	9 697
		GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais Lisboa	44 482
		Gestão Equipamentos do Município de Chaves	4 420
		HABEVORA Gestão Habitacional	5 557
		Habitar S. João – Empresa Municipal de Habitação	3 734
		Hospital Garcia de Orta	8 646
		Hospital Geral de Santo António	6 387
		Hospital Pulido Valente	2 979
Hospital de São João	8 151		
Hospital Distrital da Figueira da Foz	733		
Hospital Distrital de Santarém	1 410		
Hospital Infante D. Pedro - Aveiro	3 846		
Hospital Santa Maria Maior	4 423		
HPEM – Higiene Pública, Empresa Municipal	3 906		

(em euros)

Cód. cl. econ.	Organismo processador	Entidade beneficiária	Valor	
05.01.01	Instituto de Emprego e Formação Profissional	INFRALOBO – Emp. Infraestruturas Vale do Lobo	5 809	
		IPOFG – Centro Regional Oncologia de Lisboa	4 152	
		IPOFG – Centro Regional Oncologia de Coimbra	9 109	
		ISERBATALHA - Gestão de Equip.Urbanos Cultural e Inserção	20 221	
		LEIRISPORT – Desp. E Turismo de Leiria Lazer	1 953	
		Matosinhos Habit-MH-Emp. Municipal de Habitação de Matosinhos	610	
		MAIAMBIENTE – Empresa Municipal do Ambiente	3 513	
		Melsport Melgaço – Desporto e Lazer	5 083	
		NATURTEJO – Empresa de Turismo	8 541	
		Nova Meda Equipamentos Municipais	6 030	
		Parque Biológico de Gaia	4 917	
		PMU-POMBAL, Manutenção Urbana	82 019	
		POMBAL VIVA	3 938	
		PROENÇATUR – Empresa de Turismo de Proença	11 133	
		PROFIDELIS – Empresa para o Desenvolvimento de Penafiel	6 745	
		Qualidade de Basto, Emp. Desenv. Tecido Económico Local	9 837	
		RESITEJO–Assoc. Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	1 874	
		RESIALENTEJO Tratamento e Valorização de Resíduos	4 463	
		Sociedade Conceção Exec. Gestão Parque da Cidade	3 767	
		TAVIRAVERDE Empresa Municipal de Ambiente	13 713	
		TAP – Transportes Aéreos Portugueses	154 523	
		Teatro Municipal de Faro	7 132	
		TEMA - Teatro Municipal de Aveiro	1 783	
		TERMALISTUR Termas de S. Pedro do Sul	3 162	
		TERNISA Termas da Fadagosa de Nisa	173	
		TUB – Transportes Urbanos de Braga - Empresa Municipal	10 527	
		VALLIS HABITA – Soc. Mun.Gestão Empreend.Habit. Valongo	26 413	
		VALNOR-Valorização e Tratamento Resíduos Sólidos Norte Alentejano	3 995	
		VEROUREM - Empresa Municipal de Comunicação	31 115	
		VIEIRA, CULTURA e TURISMO	48 336	
		Entidade não pertencente ao SPE	3 823	
		Subtotal		1 156 666
Instituto Nacional de Habitação	Lisboa Nova-Agência Municipal de Energia e Ambiente	5 000		
Subtotal		5 000		
Total 05.01.01		1 161 666		
05.01.02	Instituto de Emprego e Formação Profissional	CP – Caminhos de Ferro Portugueses	39 770	
		Centro Hospitalar da Cova da Beira	1 999	
		Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio	56 519	
		Centro Hospitalar do Médio Tejo	2 138	
		DESMOR-Empresa Pública Municipal G.D.R. Maior	2 367	
		Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos	83 899	
		Escola Intercultural das Profissões e do Desporto da Amadora	29 671	
		Estaleiros Navais Viana do Castelo	75 983	
		GAIANIMA – Equipamentos Municipais	75 286	
		Hospital Distrital da Figueira da Foz	8 198	
		Hospital de S. João - Porto	1 958	
		Hospital de São Teotónio - Viseu	15 436	
		Hospital de Santo André	26 866	
		HPP-Hospitais Privados de Portugal	1 533	
		IPOFG – Centro Regional Oncologia do Porto	30 593	
		PROFIDELIS-Empresa para o Desenvolvimento de Penafiel	8 014	
		Qualidade de Basto, Emp Desenv. do Tecido Económico Local	149 222	
		Rádio e Televisão de Portugal	273 259	
		Unidade Local de Saúde de Matosinhos	4 226	
		Entidade não pertencente ao SPE	21 581	
		Subtotal		908 518
		FORPESCAS-Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas	DOCAPESCA – Portos e Lotas	2 280
Subtotal		2 280		
Total 05.01.02		910 798		



Tribunal de Contas

(em euros)

Cód. cl. econ.	Organismo processador	Entidade beneficiária	Valor
08.01.01	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento	EDP – Electricidade de Portugal	5 860
		API – Agência Portuguesa para o Investimento	31 496 217
		Adl – Agência de Inovação	4 052 586
		Subtotal	35 554 663
	Instituto de Turismo de Portugal	Portalegrepolis-Soc.de Desenvolvimento Prog.Polis em Portalegre	1 327 474
		ENATUR – Empresa Nacional de Turismo	3 847 463
		Infraquinta – Empresa de infraestruturas da Quinta do Lago	5 445
		Fortaleza de Cascais	32 021
		Silvespolis - Sociedade Desenvolvimento Prog.Polis em Silves	85 921
		Portugal Vela 2007	8 500 000
		Teatro Micaelense-Centro Cultural de Congressos	352 651
		Desenvolvimento Turístico da Costa do Estoril	1 898 274
		Empresa Municipal Figueira Grande Turismo	91 983
		ESUC – Empresa de Serviços Urbanos de Cascais	5 472 650
		APRAM-Adm. de Portos da Região Autónoma da Madeira	31 292
		Sociedade Gestora do Autódromo Fernanda Pires da Silva	543 443
		Subtotal	22 188 617
	Fundação para a Ciência e Tecnologia	Agência de Inovação	2 970 512
		IPOFG – Centro Regional Oncologia de Coimbra	45 631
		IPOFG – Centro Regional Oncologia de Lisboa	5 000
		Oceanário de Lisboa	40 000
		Subtotal	3 061 143
	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas	Lotaçor – Serviço Açoreano de Lotas	1 680 904
		DOCAPESCA – Portos e Lotas	354.695
		Companhia das Lezírias	314.380
		Matadouro Regional de Monção	37.105
		Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra	309.134
		EDIA – Emp.de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva	43 614 043
		Subtotal	46 310 261
	Instituto da Qualidade em Saúde	Hospital de São João de Deus	3 717
		Centro Hospitalar do Alto Minho	65 155
		Subtotal	68 872
	Administração Regional de Saúde do Norte	IPOFG – Centro Regional Oncologia do Porto	290 449
Unidade Local de Matosinhos		612 039	
Hospital de São João		629 228	
	Subtotal	1 531 716	
Instituto Português de Museus	STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto	1 954	
		Subtotal	1 954
Instituto da Conservação da Natureza	Sociedade Parques de Sintra – Monte da Lua	2 500 000	
		Subtotal	2 500 000
UMIC-Agência para a Sociedade do Conhecimento	Adl – Agência de Inovação	3 848 473	
	Parque Expo 98	85 607	
	REFER	280 795	
	CTT – Correios de Portugal	56 387	
	Subtotal	4 271 262	
Instituto Nacional de Habitação	Investimentos Habitacionais da Madeira	2 150 959	
	Vila Real Social	1 237 498	
	Habitar São João	115 053	
	Empresa Municipal de Habitação da Câmara Municipal do Porto	406 816	
	Habisolvis	291 917	
	Subtotal	4 202 243	
Total 08.01.01			119 690 731
09.06.02	Instituto Apoio às PME e ao Investimento	API – Agência Portuguesa para o Investimento	101 800 277
		Subtotal	101 800 277
	Instituto Nacional de Habitação	Investimentos Habitacionais da Madeira	1 907 385
		Subtotal	1 907 385
	Instituto de Emprego e Formação Profissional	VEROUREM-Empresa Municipal de Comunicação	6 810
		Subtotal	6 810
Instituto de Turismo de Portugal	Teatro Micaelense-Centro Cultural de Congressos	314 084	
	Subtotal	314 084	

(em euros)

Cód. cl. econ.	Organismo processador	Entidade beneficiária	Valor
Total 09.06.02			104 028 556
09.07.02	Fundo de Regularização da Dívida Pública	EDIA	19 000 000
		FIQ-PME Investimentos	600 952
		NAER-Novo Aeroporto	200 000
Total 09.07.02			19 800 952
09.08.02	Instituto Nacional de Habitação	Coimbra Viva – Sociedade de Reabilitação Urbana	178 500
		Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana	1 521 767
Total 09.08.02			1 700 267
Total dos fluxos			263 838 983

Fonte: Elementos fornecidos pelos diversos serviços processadores.

As aplicações do FRDP foram objecto de análise no ponto 7.4 do Capítulo VII.

Do total dos fluxos classificados na CGE como tendo sido processados pelos FSA a favor de entidades do SPE, no valor de € 263,8 milhões, apurou-se que cerca de € 25,4 milhares, foram processados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, para entidades que não fazem parte do sector público empresarial, contrariando o disposto no art.º 8.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (Lei de enquadramento orçamental), quanto à especificação das despesas públicas que deve obedecer, entre outros, ao código da classificação económica.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional refere, na sua resposta, que o valor de € 3 823 diz respeito a uma entidade privada, que em 2007 já foi corrigido, mas que o valor de € 21 581 respeita à transferência para o Hospital da Trofa, SA, considerando-a correctamente enquadrada no sector público empresarial. O Tribunal reafirma, que sendo o Hospital da Trofa uma entidade privada, a rubrica utilizada para a sua classificação foi incorrecta, devendo o Instituto, no futuro, ter em atenção a natureza das entidades envolvidas.

Foram desenvolvidas acções de verificação junto da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e da UMIC-Agência para a Sociedade do Conhecimento, com o objectivo de avaliar a legalidade e regularidade das operações, bem como o sistema de controlo instituído, relativo às transferências por si processadas para entidades do SPE.

10.4.1 – Transferências correntes e de capital efectuadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Na FCT, foram analisadas as transferências processadas para a Agência de Inovação, IPOFG-CRO de Lisboa, IPOFG-CRO de Coimbra e Oceanário de Lisboa, através de dotações inscritas nas rubricas de classificação económica 04.01.01 e 08.01.01, no valor global de € 6.224.414.

No quadro seguinte evidenciam-se essas transferências, por projecto, fonte de financiamento e respectiva finalidade:



Quadro X.16 – Transferências da FCT para as entidades beneficiárias, por projecto e fonte de financiamento

(em euros)

Programa Operacional Ciência e Inovação 2010					
Medida 1 – Apoio à inserção de Doutores e Mestres nas Empresas e nas Instituições de I&D					
Projecto 1762 - Formação Avançada					
Rub. cl. econ.	Entidade beneficiária	Fonte de financiamento			Finalidade
		OE	FEDER	FSE	
04.01.01	Agência de Inovação	1 000,00	-	-	Pagamento a avaliadores para a avaliação de bolsas
Projecto 3583-Avaliação de candidaturas de Apoio à inserção de Doutores e Mestres nas Empresas e Centros tecnológicos					
04.01.01	Agência de Inovação	428.980,88	-	521.465,14	Financiamento de projectos geridos pela Adl.
Medida 3 – Promover a Cultura Científica e Tecnológica					
Projecto 935 – Fundo de Apoio à Comunidade Científica					
04.01.01	IPOFG-CRO de Lisboa	1 200,00	-	-	Subsídio de edição de publicação de natureza não periódica
	IPOFG-CRO de Coimbra	750,00	-	-	Atribuição de subsídio a 1 técnico para participação no congresso em Turim
Medida 5 - Promover a Produção Científica , o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação					
Projecto 936 – Apoios especiais					
04.01.01	Agência de Inovação	250 000,00	-	-	Relançamento do sistema de incentivos fiscais a I&D Empresarial
		9 600,00	-	-	Atribuição de subsídios para participação de 6 Investigadores no Fórum IBEROEKA 2006
Projecto 2 084 – Apoio à Inovação					
04.01.01	Agência de Inovação	1 600 000,00	-	-	Financiamento de actividades de inovação
08.01.01		400 000,00	-	-	
Projecto 3599 – Promover a Produção Científica , o Desenvolvimento Tecnológico					
08.01.01	Agência de Inovação	1.026 669,79	1.260.842,35	-	Financiamento de projectos geridos pela Adl.
		283 000,00	-	-	Reforço de verbas
	IPOFG-CRO de Coimbra	45.631,20	-	-	2º Adiantamento a projectos na área das Ciências Biológicas
	IPOFG-CRO de Lisboa	5 000,00	-	-	2ª Prestação de subsídio atribuído no âmbito do “Estímulo à Excelência”
Medida 6 – Investigação Científica, Tecnológica e Inovação					
Projecto 1764- Promover a Cultura Científica e Tecnológica					
08.01.01	Oceanário de Lisboa	40 000,00	-	-	1º Adiantamento referente ao projecto “Vaivém Oceanário”
Medida 8 – Assistência Técnica					
Projecto 1765 - Assistência Técnica –vertente FEDER e vertente FSE					
04.01.01	Agência de Inovação	126.126,12	155.119,68	69.029,18	Financiamento de despesas com a assistência técnica realizadas pela Adl

Relativamente às transferências para a Agência de Inovação no valor global de € 3.588.233, relativas aos Projectos 3583, 3599 e 1765, identificadas no quadro anterior, não foi possível analisar a respectiva documentação de suporte por não estar na posse da FCT, que se limitou a efectuar os pagamentos ordenados pelo Gestor do Programa Operacional da Ciência e Inovação 2010.

No respeitante às demais transferências, cujos processos foram geridos pela FCT, nada há a observar, com excepção das transferências para a AdI destinadas ao Projecto 2084 “Apoio à Inovação” em que não se obteve evidência do controlo exercido pela Fundação sobre a sua aplicação pela beneficiária, pelo que se questionou a Fundação.

Sobre esta observação, a Fundação no âmbito do contraditório, vem referir que “...o acompanhamento por parte desta instituição em relação à execução orçamental é realizado numa base semestral, integrável no correspondente mapa de execução material do PIDDAC, referente a idêntico período de tempo”, informação que não constava do processo, e que é omissa em relação à execução financeira.

10.4.2 – Transferências de capital efectuadas pela UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento

Na UMIC, foram analisadas as transferências processadas para a Agência de Inovação, por conta da rubrica de classificação económica 08.01.01, no valor global de € 3.848.473, evidenciadas no quadro seguinte, por fonte de financiamento:

Quadro X.17 – Transferências efectuadas pela UMIC, por medida e fonte de financiamento

(em euros)

Medidas	Fonte de financiamento		TOTAL
	OE	FEDER	
Medida 1.3-Investigação e Desenvolvimento	982 649,45	1 799 451,16	2 782 100,61
Medida 7.1-Desenvolvimento de Centros de Competência em TICs-Iniciativa OTIC	381 350,93	-	381 350,93
Medida 7.2-I&D e Iniciativas Empresariais na Área das TICs-Iniciativa NEOTEC	103 499,55	168 851,35	272 350,9
Assistência Técnica com a gestão do contrato-programa	349 917,51	62 752,99	412 670,5
TOTAL	1 817 417,44	2 031 055,50	3 848 472,94

Dado que em relação a essas transferências, a UMIC se limitou a efectuar os pagamentos de acordo com as ordens de pagamento recebidas do Gabinete de Gestão do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento, não foi possível analisar a documentação de suporte, em virtude da mesma se encontrar na AdI, com excepção dos documentos de despesa relativos à assistência técnica, que se encontravam no Gabinete de Gestão, e que foram objecto de exame junto desse Gabinete, nada havendo a observar.

Na sua resposta, a UMIC confirma os valores a ela imputados e que se encontram registados no seu Sistema de Gestão Orçamental.

10.5 – Fluxos financeiros do SPE para o subsector dos serviços e fundos autónomos

A Conta Geral do Estado, no Mapa 28 (Vol.II - tomo I), evidencia os fluxos do SPE para os SFA, classificados nos agrupamentos económicos 06 –“Transferências correntes” e 10 –“Transferências de capital”, que constam do quadro seguinte.

Relativamente às receitas de activos financeiros com origem no SPE, o novo classificador, para além de não individualizar as sociedades financeiras, também agrega as receitas provenientes das sociedades não financeiras, pelo que essa informação não consta do quadro seguinte.



Quadro X.18 – Receitas dos SFA com origem no SPE evidenciadas na CGE, por classificação económica

(em milhares de euros)

Código de classif. econ.	Classificação das receitas	Valor
	Receitas correntes	4 032,0
06.00.00	Transferências correntes	4 032,0
06.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	4 032,0
	Receitas de capital	33 221,1
10.00.00	Transferências de capital	33 221,1
10.01.01	Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas	33 221,1
	Total	37 253,1

Fonte: CGE/2006.

De seguida apresenta-se um quadro com as receitas dos serviços e fundos autónomos provenientes do SPE:

Quadro X.19 – Receitas dos SFA com origem no SPE evidenciadas na CGE, por entidades

(em euros)

Cód. cl. econ.	Entidade beneficiária	Entidade processadora	Valor
06.01.01	Obra Social do Ministério das Obras Públicas	ANA – Aeroportos de Portugal	77 025
		NAV – Navegação Aérea de Portugal	43 958
		APA – Administração do Porto de Aveiro	105 193
		APSS – Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra	127 382
		EP-Estradas de Portugal	438 941
		Subtotal	792 499
	Administração Regional de Saúde do Centro	Entidade não pertencente ao SPE	58 208
		Subtotal	58 208
	Centro Hospitalar de Cascais	Entidade não pertencente ao SPE	7 367
		Subtotal	7 367
	Hospital D. Estefânia	Entidades não pertencentes ao SPE	103 643
		Subtotal	103 643
	Hospital Amato Lusitano-Castelo Branco	Entidade não pertencente ao SPE	203 754
		Subtotal	203 754
	Hospital José Luciano Castro-Anadia	Entidade não pertencente ao SPE	440
		Subtotal	440
	Hospital Júlio de Matos	Entidades não pertencentes ao SPE	99 125
		Subtotal	99 125
	Hospital Sobral Cid-Coimbra	Entidade não pertencente ao SPE	248 098
		Subtotal	248 098
	Centro Regional de Alcoologia de Lisboa	Entidade não pertencente ao SPE	2 838
		Subtotal	2 838
	Universidade da Madeira	Agência de Inovação	12 063
		Subtotal	12 063
	Universidade Nova de Lisboa-Reitoria	Agência de Inovação	13 667
		Subtotal	13 667
	Instituto Politécnico de Bragança	Agência de Inovação	11 654
		Subtotal	11 654
Caixa Geral de Aposentações	EPUL- Empresa Pública de Urbanização de Lisboa	15 173	
	Subtotal	15 173	
Instituto Politécnico do Porto	Agência de Inovação	13 667	
	Subtotal	13 667	

(em euros)

Cód. cl. econ.	Entidade beneficiária	Entidade processadora	Valor
06.01.01	Instituto de Investigação Científica e Tropical	EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres	25 000
	Subtotal		25 000
	Instituto Politécnico de Beja	Agência de Inovação	10 250
	Subtotal		10 250
	Escola Superior Agrária de Viseu	Entidade não pertencente ao SPE	1 336
	Subtotal		1 336
	Universidade Técnica de Lisboa - Reitoria	Agência de Inovação	13 642
	Subtotal		13 642
	Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias	Entidade não pertencente ao SPE	300
	Subtotal		300
	Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	Entidade não pertencente ao SPE	3 000
	Subtotal		3 000
	Universidade de Coimbra	Agência de Inovação	13 667
	Subtotal		13 667
	Universidade de Lisboa - Reitoria	Agência de Inovação	13 667
	Subtotal		13 667
	Instituto Politécnico de Setúbal	Agência de Inovação	13 667
	Subtotal		13 667
	Universidade de Aveiro	Agência de Inovação	29 257
		Hospital Infante D.Pedro	45 539
	Subtotal		74 796
	Escola Superior de Educação de Viseu	Entidade não pertencente ao SPE	1 692
	Subtotal		1 692
	Instituto Superior de Economia e Gestão	CTT – Correios de Portugal	15 000
	Subtotal		15 000
	Instituto Politécnico de Castelo Branco	Agência de Inovação	11 846
Subtotal		11 846	
Instituto Politécnico de Tomar	REN – Rede Eléctrica Nacional	2 000	
Subtotal		2 000	
Instituto do Cinema Audiovisual e Multimédia	RTP-Rádio e Televisão de Portugal	2 250 000	
Subtotal		2 250 000	
Total 06.01.01			4 032 059
10.01.01	Caixa Geral de Aposentações	CTT – Correios de Portugal	260 885
		RDP – Radiodifusão Portuguesa	687 082
		NAV – Navegação Aérea de Portugal	16 595 531
		INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda	12 005 692
	Subtotal		29 549 190
	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos	APA – Administração do Porto de Aveiro	5 995
		APSS – Administração do Porto de Setúbal e Sesimbra	19 397
	Subtotal		25 392
	Universidade de Aveiro	Hospital Infante D.Pedro	17 558
	Subtotal		17 558
IFADAP	EDIA	3 628 921	
Subtotal		3 628 921	
Total 10.01.01			33 221 061
Total dos fluxos			37 253 120

Fonte: Elementos fornecidos pelas entidades beneficiárias.

Da análise do quadro anterior verifica-se que, dos fluxos classificados na CGE na rubrica 06.01.01-“Transferências correntes/Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas”, a favor dos FSA (€ 4 032,1 milhares), € 729,8 milhares, foram indevidamente classificados, por não serem provenientes de entidades pertencentes ao SPE.



Este procedimento contraria o disposto no art.º 8.º da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (Lei de Enquadramento Orçamental), quanto à especificação das receitas públicas que deve obedecer, ao código da classificação económica, pelo que se recomenda aos serviços beneficiários dessas receitas (Administração Regional de Saúde do Centro, Centro Hospitalar de Cascais, Hospital D. Estefânia, Hospital Amato Lusitano-Castelo Branco, Hospital José Luciano Castro-Anadia, Hospital Júlio de Matos, Hospital Sobral Cid-Coimbra, Centro Regional de Alcoologia de Lisboa, Escola Superior Agrária de Viseu, Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, Escola Superior de Tecnologia de Setúbal e Escola Superior de Educação de Viseu), um maior cuidado na classificação das mesmas.

No exercício do contraditório, a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias, refere que *“Foi preconizado inicialmente a integração desta receita como oriunda de um Serviço e Fundo Autónomo. O serviço de Contabilidade foi contactado via telefone pela Direcção Geral do Orçamento, para informar que a classificação dessa receita estaria incorrecta, e que se deveria recorrer à reclassificação na classificação económica 060101”*. Dado tratar-se de uma associação privada sem fins lucrativos, mantêm-se o reparo feito anteriormente.

A Escola Superior de Educação de Viseu e o Hospital Júlio de Matos nas suas respostas, informam que no futuro terão mais cuidado no que respeita à classificação das receitas.

O Centro Hospitalar de Lisboa (que sucedeu ao Hospital D. Estefânia), na sua resposta, não se pronuncia, limitando-se a remeter informação já enviada.

A Administração Regional de Saúde do Centro e o Instituto da Droga e Toxicoddependência (que sucedeu ao Centro Regional de Alcoologia de Lisboa), nas suas respostas, atribuem a errada classificação à parametrização automática do POCMS, que faz corresponder a conta 7429 “Outras transferências correntes” à rubrica de classificação económica da contabilidade pública 06.01.01-“Transferências correntes/Sociedades e quase sociedades não financeiras/Públicas”. No entanto, não justificam a classificação atribuída às referidas transferências em termos de contabilidade patrimonial.

O Centro Hospitalar de Cascais, na sua resposta, limita-se a referir ter dúvidas sobre a classificação correcta.

Por seu turno, o Hospital Amato Lusitano-Castelo Branco, o Hospital José Luciano Castro-Anadia, o Hospital Sobral Cid-Coimbra, a Escola Superior Agrária de Viseu, e a Escola Superior de Tecnologia de Setúbal, não responderam.

A Direcção-Geral do Orçamento, na sua resposta, refere estar atenta a todos os erros identificados.

Foi igualmente ouvido sobre o presente capítulo o Ministro das Finanças, que não se pronunciou.